

Quando a Igreja se Torna Escola de Linguagem: uma carta aberta sobre Palavra, consciência e caridade

Aos membros e pastores da IECLB, em amor fraterno e temor de Deus

Irmãs e irmãos em Cristo,

Escrevo como alguém que ama esta igreja e que conhece, por dentro, o peso que recai sobre uma consciência cristã quando novas exigências aparecem vestidas de virtude. Não escrevo para “ganhar” um debate cultural, nem para oferecer munição a partidos dentro da igreja. Escrevo porque, quando a igreja fala, ela não fala apenas como instituição; ela fala como comunidade reunida ao redor da Palavra e dos sacramentos. E quando a igreja orienta sua fala, ela toca numa área sensível: o que a Escritura chama de liberdade cristã, e o que Lutero chamaria — com toda a força pastoral — de consolo e de cativo da consciência.

Em 2025, a IECLB publicou e começou a divulgar o ‘Manual do uso da linguagem inclusiva na IECLB e outras questões’. Como o próprio documento afirma já na Apresentação, esse material nasce do compromisso da IECLB com a justiça de gênero, conforme a Política de Justiça de Gênero aprovada no XXXIII Concílio da Igreja (2022). O documento não trata apenas de estilo de redação; ele também fala de justiça, invisibilidade, relações de poder, acolhimento e transformações sociais. Há nele material que pode ser útil. Há também, ao meu ver, pontos que pedem revisão e debate teológico formal, precisamente para que a igreja não faça, sem perceber, aquilo que sempre a ameaça: trocar o centro do evangelho por um “bem” que parece incontestável, e com isso amarrar consciências que Cristo libertou.

Permitam-me, então, oferecer esta carta como subsídio: um convite a ler o manual com atenção, a distinguir o que é legítimo do que é perigoso, e a discutir como comunidade de fé — não como torcida.

1) A pergunta que governa: quem é senhor de quem?

Há um ponto que precisamos acertar logo no começo. A pergunta decisiva não é: “a linguagem muda com o tempo?” Ela muda. Também não é: “devemos ser sensíveis ao sofrimento humano?” Devemos. A pergunta decisiva é outra:

Quem governa a palavra da igreja?

Cristo e sua promessa nas Escrituras? Ou um programa externo — ainda que bem-intencionado — que redefine virtude, pecado, missão e acolhimento?

Lutero criticou a filosofia quando ela quis ser “senhora” da teologia. Mas ele não pregou uma teologia sem mediações: traduziu, ensinou, catequizou, argumentou, escolheu palavras com cuidado. A questão, então, não é “usar ou não usar recursos do nosso tempo”, e sim qual lugar eles ocupam.

O manual, em vários trechos, assume uma linguagem e um enquadramento típicos das ciências humanas — por exemplo, quando descreve a linguagem como construção social que pode tornar grupos visíveis ou invisíveis, e quando conecta linguagem a processos de discriminação e transformação. Isso pode ser descritivamente útil. Porém, quando esse enquadramento começa a operar como critério moral normativo, há perigo. Não porque justiça e amor não importem, mas porque a igreja não pode permitir que um critério externo se torne novo “evangelho” — isto é, novo centro da sua retidão e do seu testemunho.

2) Três camadas: o que é auxiliar, o que vira norma, e o que substitui

Para que o debate seja justo, precisamos de uma distinção simples e honesta. O uso de ferramentas culturais (inclusive teorias sobre linguagem) pode ocorrer em três camadas.

2.1) Uso auxiliar

Quando o manual ajuda a escrever com clareza, evitar ambiguidades, perceber que certas expressões podem ferir ou confundir, ele pode servir como ferramenta auxiliar. Isso é possível e, em alguns casos, desejável. Nem todo ajuste linguístico é concessão teológica.

2.2) Uso normativo

Quando o manual começa a funcionar como padrão moral — isto é, quando a escolha de termos se torna medida de justiça e amor, e quando “falar certo” se torna sinal de retidão — ele deixa de ser apenas auxiliar. Ele ganha peso normativo, ainda que não tenha sido promulgado como dogma.

2.3) Substituição

Quando o vocabulário teológico (pecado, perdão, reconciliação, santificação, comunhão) passa a ser reinterpretado principalmente como dialeto de uma teoria social — e quando a missão da igreja começa a ser narrada mais como “acompanhar transformações” do que como pregar Cristo crucificado e ressuscitado — então há substituição.

Minha preocupação é que o manual, em certos trechos e principalmente em certos usos práticos dentro da igreja, corra o risco de deslizar de (1) para (2); e, em alguns ambientes, servir de porta para (3). Isso não precisa ser a intenção de quem escreveu. Mas é um efeito real: o “código” vira critério de virtude, e a consciência começa a ser governada por um padrão para o qual Cristo nunca disse: “quem não fizer assim, está em pecado”.

3) A consciência: quando “cuidado” vira cativo

Aqui o tom precisa ficar sério, porque aqui tocamos o coração pastoral do problema.

Um manual de linguagem pode ser um recurso. Mas quando ele se transforma, na prática, em instrumento de fiscalização moral, nasce um novo tipo de escrúpulo:

- “Eu posso orar em voz alta, ou vou ser corrigido?”
- “Posso usar a linguagem bíblica e litúrgica como aprendi, ou isso prova que sou injusto?”
- “Se eu não adotar tal forma, serei visto como alguém que não ama?”

Isso gera um “mosteiro” moderno: não de pedras, mas de performance discursiva. E o mosteiro sempre promete santidade e termina produzindo ansiedade, comparação, medo de errar, e acusação contínua.

A pergunta luterana é simples: isso consola ou acusa?

Porque a Lei acusa. E a Lei pode reaparecer com roupa nova — inclusive com roupa de justiça. O evangelho, por sua vez, não nos liberta para vivermos sem amor; ele nos liberta para amar sem medo. Quando a linguagem se torna medida de acolhimento, o risco é transformar acolhimento em performance e converter a comunidade numa sala de prova.

Isso não significa que palavras não importem. Importam. Mas a igreja precisa lembrar que a fé não se mede pela habilidade de dominar um dialeto eclesiástico atualizado, e sim por onde a pessoa descansa: em Cristo ou em si mesma.

4) Lei e Evangelho: o que está em jogo teologicamente?

Aqui a carta precisa ser precisa.

- Lei (no sentido teológico) é tudo aquilo que, mesmo podendo ser bom e justo, passa a operar como exigência que mede retidão diante de Deus e diante da comunidade: “faça isto e viverá”, “fale assim e será justo”.
- Evangelho é a promessa: Cristo por nós, perdão gratuito, reconciliação, vida recebida pela fé.

Quando se diz “linguagem inclusiva é gesto de justiça e amor”, isso pode ser entendido de dois modos:

1. Como sabedoria e cuidado no mundo (coram mundo): uma forma prudente de comunicar para evitar ruídos, ser cortês, não criar barreiras desnecessárias.
2. Como marca de virtude e justiça espiritual (coram Deo, ou como pertencimento eclesial): um critério pelo qual se distingue os “bons” dos “maus”, os “conscientes” dos “insensíveis”.

O problema surge quando o segundo sentido invade a igreja sem debate teológico: quando “falar assim” vira sinal de santidade pública, e “não falar assim” vira suspeita de injustiça moral. Aí o manual deixa de ser guia de estilo e passa a funcionar como regra de pureza.

E aqui precisamos dizer sem rodeios: a igreja não tem autoridade para transformar em pecado aquilo que Deus não chamou de pecado. E a igreja não pode converter em “boa nova” aquilo que não é o evangelho.

5) Teologia da cruz: a igreja não é salva pela sua imagem

O manual, em seu espírito, busca uma igreja mais sensível, mais justa, mais alinhada ao que entende como transformação social. Isso pode soar como virtude óbvia. Mas a teologia da cruz nos ensina a desconfiar de virtudes óbvias quando elas viram critério de glória.

A igreja não é justificada por ser moderna, nem por ser inclusiva, nem por ser “do lado certo”. A igreja é igreja porque Cristo está presente, perdendo pecadores e formando um povo pela Palavra.

Quando o desejo de “não ofender” se torna critério diretor, a igreja corre o risco de tentar remover o escândalo do evangelho. Mas o evangelho sempre escandaliza alguém: o moralista e o libertino, o religioso e o secular. O ponto não é ser ofensivo; o ponto é não trocar o Crucificado por respeitabilidade cultural.

E isso vale para os dois lados: tanto para quem quer “atualizar” a igreja para ser aceita, quanto para quem quer “congelar” a igreja para se sentir puro. Teologia da glória é uma tentação de direita e de esquerda. A teologia da cruz nos chama à outra coisa: fidelidade humilde, serviço concreto, e confiança de que Deus age por meios fracos.

6) Escritura e liturgia: quando a política encosta nos meios de graça

Aqui eu peço cuidado especial.

Quando orientações de linguagem entram na esfera de liturgia, pregação e uso bíblico, há um risco de deslocamento: a Palavra revelada passa a ser tratada como material bruto a ser “corrigido” por um ideal contemporâneo.

Sim: toda tradução envolve escolhas. Sim: toda comunidade explica termos e contextos. Mas é diferente “explicar” e “reordenar”.

Por isso, um debate teológico formal é necessário: quais mudanças são de clareza e quais implicam mudança de confissão? Quais preservam o “por nós” de Cristo e quais deslocam o centro para um código moral? Quais mudanças são apenas de clareza e boa comunicação — e quais acabam, na prática, impondo um novo critério moral para medir ‘quem é justo’ e ‘quem acolhe’? Em outras palavras: essas mudanças servem para anunciar com mais nitidez o evangelho de Cristo aos pecadores, ou passam a exigir uma performance linguística como sinal de retidão e pertencimento? Em quais contextos a linguagem tradicional comunica bem e em quais ela precisa de explicação pastoral? Essas perguntas não se resolvem por tabela comparativa; resolvem-se por exegese, ensino e discernimento eclesial.

7) Acolhimento real: mais do que linguagem, sem menosprezar linguagem

O manual associa linguagem inclusiva a acolhimento. Há um núcleo legítimo aqui: palavras podem abrir portas ou fechá-las. Mas acolhimento cristão não pode ser reduzido a linguagem — e tampouco pode ser substituído por linguagem.

Acolhimento real é:

- visitar, ouvir, servir, perdoar;
- incluir pessoas na vida comunitária;
- tratar com dignidade;
- sofrer com os que sofrem;
- chamar ao arrependimento e oferecer perdão;
- ensinar com paciência.

Uma igreja pode adotar toda a linguagem “correta” e ainda assim ser fria, orgulhosa e cruel. E uma igreja pode usar linguagem tradicional e ainda assim ser profundamente acolhedora, serviçal e misericordiosa.

O ponto, portanto, não é desprezar linguagem. É impedir que linguagem se torne substituto de amor ou métrica de retidão.

8) Vocação e sacerdócio geral: quem paga o custo dessas exigências?

Quando códigos eclesiais se tornam complexos, quem sofre primeiro não é o “debatedor profissional”. Quem sofre é o membro simples, a liderança leiga, o idoso, o catequizando, o novo convertido — gente que serve a Deus em vocações ordinárias e que precisa de evangelho, não de prova.

O sacerdócio geral dos batizados significa que todo cristão é chamado a orar, testemunhar, servir, consolar — e não a viver com medo de errar a senha do momento. E a vocação significa que Deus quer nos usar no mundo com amor concreto, não nos capturar em vigilância discursiva.

Se o efeito prático do manual é produzir silêncio (“melhor não falar”), ansiedade (“vou ser corrigido”), ou divisão (“os puros versus os atrasados”), então algo está errado pastoralmente — ainda que a intenção tenha sido boa.

9) Recomendações para debate comunitário (subsídio prático)

Se esta carta servir como subsídio, proponho que comunidades e lideranças discutam o manual com três compromissos:

1. Debate teológico formal e público (na igreja)

- Não tratar o tema como apenas administrativo ou comunicacional.
- Fazer o caminho: Escritura, confissão, liturgia, pastoral.

2. Distinguir “opcional pedagógico” de “norma moral”

- Onde o manual ajuda (clareza, cortesia), pode ser recomendado como recurso.
- Onde o manual cria obrigação moral e fiscaliza consciência, deve ser explicitamente rejeitado.

3. Proteger a liberdade cristã e a unidade

- Não usar linguagem (nem inclusiva nem tradicional) como arma de pertença tribal.
- Evitar policiamento entre irmãos.
- Ensinar a comunidade a conversar com caridade: “o que você quis dizer?” antes de “você pecou”.

4. Manter o centro: Palavra e sacramentos

- Qualquer mudança de linguagem em liturgia e pregação deve ser julgada por: esclarece Cristo? preserva o evangelho? serve a fé?
- Se não servir, não deve governar.

Conclusão pastoral: não troquem Cristo por um código

Irmãs e irmãos, a Lei acusa a todos — progressistas e conservadores. Todos temos nossos ídolos: aprovação cultural, pureza tribal, controle, medo, vaidade. A questão não é provar que “meu grupo é o justo”. A questão é voltar ao lugar onde Deus dá vida: Cristo por nós.

Se você transformou linguagem inclusiva em medida de retidão, arrependa-se: você corre o risco de fazer da igreja um tribunal e de amarrar consciências. Se você transformou linguagem tradicional em troféu de superioridade, arrependa-se também: você corre o risco de trocar humildade por orgulho.

O evangelho não exige performance linguística. Ele anuncia perdão. E onde há perdão, nasce um povo livre para amar — inclusive para falar com cuidado, quando isso realmente serve ao próximo, sem medo e sem chantagem de consciência.

Conclusão pública: caridade, prudência e clareza

Na praça pública, discutimos políticas, linguagem, educação e cultura com prudência e respeito. Na igreja, porém, não permitimos que esses debates tomem o trono do evangelho. O que nos governa não é o espírito do tempo, nem a reação ao espírito do tempo, mas o Senhor crucificado e ressuscitado.

Que Deus nos conceda coragem para debater com seriedade, humildade para corrigir excessos, e amor para não devorar uns aos outros. E que, acima de tudo, nos conceda novamente o essencial: uma igreja que consola pecadores com Cristo, e que por isso serve o próximo com alegria — na linguagem e na vida.

Em Cristo,

Rodomar Ricardo Ramlow
membro de Comunidade da IECLB
12 de dezembro de 2025

rodomar.ramlow@gmail.com